

PARTICIPAÇÃO POLÍTICA.

Conceito.

**Pacto Internacional dos Direitos
Civis e Políticos**

Artigo 25

Todo cidadão terá o direito e a possibilidade, sem qualquer das formas de discriminação mencionadas no artigo 2 e sem restrições infundadas:

a) de participar da condução dos assuntos públicos, diretamente ou por meio de representantes livremente escolhidos;

b) de votar e de ser eleito em eleições periódicas, autênticas, realizadas por sufrágio universal e igualitário e por voto secreto, que garantam a manifestação da vontade dos eleitores;

c) de ter acesso, em condições gerais de igualdade, às funções públicas de seu país.

A participação política foi reconhecida como Direito Humano em vários acordos internacionais dos quais o Brasil faz parte, e ser reconhecida como Direito Humano, é, em outras palavras, ser reconhecida como um dos atributos que formam a dignidade da pessoa humana. Mas qual é a relevância disso?

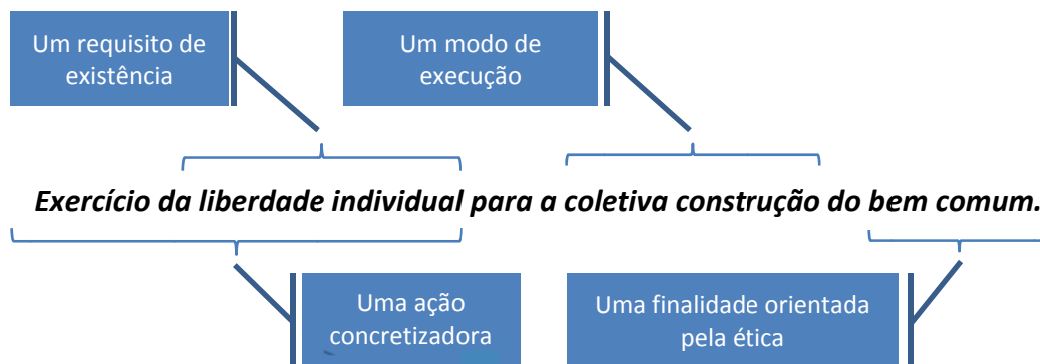
Fazem parte da dignidade da pessoa humana todos os atributos que definem o ser humano como tal, que fazem com que ele seja o que é.

Assim como o bico é um atributo que, somado a outros, serve para definir um animal como ave, e a guelra, da mesma forma, é utilizada para definir que o animal é um peixe, os atributos que compõem a dignidade da pessoa humana definem o ser humano como o que ele é, fazem parte da sua essência humana.

A ausência de participação política diminui a efetividade de nossas potencialidades humanas. Obviamente, quem não exerce participação política continua mantendo sua essência humana, mas, ao menos quanto a esse aspecto, deixa de realizá-la no mundo e a mantém apenas como potência inerte.

A participação sugere uma **parte** em **ação**. Não existe sem iniciativa e ação concreta das pessoas. No que tange especificamente à participação **política**, é possível defini-la como o exercício da liberdade individual para a coletiva construção do bem comum.

Assim, vê-se que o conceito de participação política envolve a necessária combinação quatro elementos:



Faltando um dos quatro elementos acima apresentados, afastada estará a participação política, como será indicado nos itens a seguir.

A relação da liberdade com a participação política.

Como já foi dito, a democracia é o regime político onde todos, em condições de igualdade, podem e devem contribuir para as escolhas políticas orientadas à construção do bem comum. Quando há livre contribuição para as escolhas políticas, há participação política.

Não obstante, só pode haver liberdade de discussão e contribuição para ideias políticas quando há igualdade. Entre superiores o indivíduo não tem condições de ponderar as ideias que lhes são apresentadas, pode apenas acatá-las. Por outro lado, se está entre aqueles que considera inferiores, em regra não aceitará discutir com eles suas ideias, que serão impostas unilateralmente. Por isso a igualdade é um valor

Constituição Federal de 1988

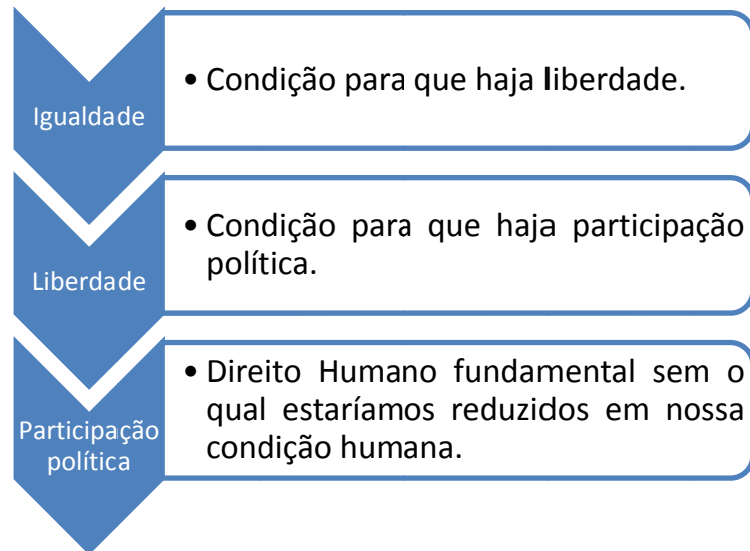
Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição;

tão importante em um regime democrático: sem ela, ou indivíduo existe na condição de servo, acatando indiscriminadamente o que lhe é imposto, ou na condição de senhor, impondo seus propósitos de modo autoritário, e, em ambos os casos, a democracia se revela inviável, haja vista a impossibilidade de participação política.

Ora, se não há igualdade, se há apenas um superior que impõe sua ideia e um inferior que a acata sem qualquer ponderação, não há liberdade na “escolha”. Nem mesmo há, de fato, uma escolha, pois quem se manifesta não pode fazê-lo segundo suas convicções internas, já que deve seguir imposições externas de terceiros.

Em resumo: igualdade é condição para a liberdade, liberdade é condição para participação



política, participação política é condição para a democracia, democracia é condição para manutenção da condição humana em sua plenitude.

A lógica coletiva da ação política.

Na democracia, porque todos são iguais, todos podem participar das escolhas políticas e das soluções dos problemas.

Quando é a coletividade que atua o bem comum tende a ser mais facilmente alcançado, pois todos os segmentos sociais, com suas diferentes necessidades, são considerados em suas relações com os problemas abordados, o que viabiliza soluções mais justas, haja vista que harmonizam, tanto quanto possível, os interesses de todo o corpo social, pacificando antecipadamente os conflitos que surgiriam caso os segmentos excluídos das decisões sofressem todos os ônus das escolhas políticas, sem participar dos benefícios gerados por elas.

A solução unilateral de um problema, sem discussões e à margem da coletividade, não é uma solução política, pois afasta o diálogo entre os envolvidos e impede a construção coletiva da solução, de modo que se revela autoritária e, não raro, injusta.

É para garantir a participação política coletiva que existem os partidos políticos, as associações, as ONGs, os sindicatos, as entidades de classe, os conselhos municipais, os grêmios estudantis etc. Nesses locais, todas as ideias e demandas relacionadas com um problema social se encontram e, por intermédio da discussão política, entram em harmonia na busca de uma solução justa e equilibrada.

A finalidade da participação política e sua relação com a ética.

Toda ação humana tem uma finalidade, que pode, ou não, ser orientada segundo critérios éticos.

No caso da participação política, o fim perseguido será sempre o mesmo: o bem comum. Ademais, deve haver uma orientação ética na escolha dos meios empregados para alcançar esse fim. Quando se trata de participação política, ao contrário do que disse Maquiavel, os fins não justificam os meios. Os limites éticos dos fins empregados são a legalidade e a preservação dos valores relativos à dignidade da pessoa humana.

Imagine, por exemplo, que determinada cidade seja permanentemente assolada por inúmeros casos de homicídios, estupros, latrocínios etc. Diante do problema, a comunidade se reúne e decide contratar milícias armadas para eliminar os infratores, de modo que, passado algum tempo, verificou-se sensível diminuição dos índices anteriormente registrados, resultando em uma melhora na qualidade de vida da comunidade.

Em que pese à melhora na qualidade de vida, esta não pode ser considerada uma decisão política legítima, pois não se manteve dentro dos limites éticos da legalidade e da preservação da dignidade da pessoa humana. Trata-se de uma “solução” ilícita, violenta e conflituosa, que reduz a dignidade humana tanto das pessoas que ordenaram a providência quanto daquelas que foram vitimadas por ela.

Como foi visto, a participação política existe como meio de manter a justiça, a paz social e a dignidade da pessoa humana, razão pela qual seria um paradoxo considerar a ação acima descrita como uma manifestação política, já que ela afronta todos esses valores. Trata-se apenas do emprego primitivo e egoísta de meios ilícitos para alcançar resultados imediatistas, sem qualquer relação de razoabilidade entre os

meios empregados e os fins alcançados. Em geral, é isso o que ocorre quando nossas decisões deixam de ser políticas por se afastarem dos critérios éticos que deveriam orientá-las.

O método de execução e o ciclo virtuoso da participação política.

A participação política, como qualquer prática humana, há de seguir um método de execução que lhe facilite alcançar os fins perseguidos.

O primeiro passo é a informação. O indivíduo que pretende participar de discussões e ações políticas precisa, antes, acessar informações qualificadas, analisá-las e formar um juízo a respeito.

Sem informação a consciência é limitada e, não raro, manobrada. Ademais, quem discute ou age sem conhecimento de causa é leviano e pode causar o maior dos males com a melhor das intenções. Agir sem informação é como tentar pilotar um barco que não tem leme: você acha que está navegando, mas na verdade está ao sabor dos ventos e marés, está à deriva.

Participação política serve exatamente para que o povo assuma a condução do barco, logo, quem entra em um barco sem leme (sem informação) gastará energia inutilmente, pois continuará sendo conduzido contra sua escolha, guiado por forças que não compreende e nem domina.

A mobilização também é de suma importância. Como já foi dito, a participação política é melhor encaminhada e mais efetiva quando realizada coletivamente. Assim, uma vez suficientemente munido de informação qualificada, o

indivíduo deve preferencialmente buscar uma organização coletiva, deve se mobilizar e mobilizar outras pessoas, formar um grupo ou aderir a um grupo no qual confie. A



sabedoria popular nos ensina que um graveto sozinho é facilmente quebrado, ao contrário do que ocorre com um feixe denso de gravetos reunidos.

É no exercício da mobilização que as ideias se enriquecem com a discussão, ganham visibilidade e respeito.

Bem informados e mobilizados, os indivíduos devem finalmente partir para ação, que necessariamente há de respeitar os limites éticos da legalidade e da dignidade da pessoa humana, conforme já foi explicado.

Seguido esse trâmite, o bem comum será alcançado, e, alcançando-se o bem comum, obviamente haverá, entre outras coisas (saúde, educação, lazer etc), mais liberdade e informação, o que levará a mais mobilização, que levará a mais ação política balizada pela ética, que levará a mais bem comum e assim sucessivamente, formando o ciclo virtuoso do progresso humano sustentável.

Adiante, serão detalhadas as fases do ciclo da participação política: informação > mobilização > ação > resultado (bem comum).



Para refletir ...

Foi esclarecido que a participação política tem a finalidade de alcançar o bem comum, e que a persecução dessa finalidade deve ser orientada por critérios éticos, já que, em política, os fins não justificam os meios. Todavia, como é possível saber se as ações políticas adotadas estão, ou não, eticamente orientadas?

É preciso saber o que é ética!

O filósofo Mário Sérgio Cortella nos esclarece que ética é o conjunto de valores e princípios utilizados para responder a três grandes questões da vida: Quero? Devo? Posso? Segundo ele, há coisas que queremos, mas não devemos; outras que devemos, mas não podemos; e outras que podemos, mas não queremos.

A ação será ética quando as respostas a essas três perguntas forem harmônicas e decentes.

*As respostas serão harmônicas quando não enfatizarmos demais uma delas em detrimento das outras, quebrando a razoabilidade e o equilíbrio que devem manter entre si. Por exemplo: alguém pode não querer trabalhar, mas se isso é o que deve e pode fazer, o ético é que, neste caso, o querer não fique acima do que deve e pode ser feito, pois é **justo** que o indivíduo trabalhe para contribuir com a sociedade, satisfazer suas necessidades materiais e manter sua dignidade. Perceba que o valor “justiça” foi utilizado para dirimir o conflito, harmonizando as respostas.*

No que tange à decência da resposta, verifica-se que a etimologia da palavra está ligada ao radical latino “decens”, que significa “próprio, adequado”, razão pela qual decente é o que é adequado, apropriado.

*Imagine agora que alguém quer conversar no cinema e pode fazê-lo, já que, afinal, não há lei vedando conversas em salas de cinema. Todavia, a ética indica que não se deve conversar durante a sessão, pois, segundo a cultura local e os bons costumes, isso é inadequado, desapropriado, indecente, já que **desrespeita** as pessoas que pretendem gozar de silêncio para apreciar o filme. Perceba que o “respeito”, um valor decorrente dos costumes e da cultura local, foi utilizado para dirimir o conflito e encontrar a resposta mais decente, mais adequada à pergunta “devo?”.*

Em ambos os exemplos o indivíduo respondeu às perguntas “Quero?”, “Devo?” e “Posso?” seguindo princípios e valores previamente estabelecidos. Quem estabelece esses princípios e valores? Onde eles estão registrados?

Os princípios e valores que, juntos, compõem a ética orientadora das nossas ações são estabelecidos ou reconhecidos pelos grupos sociais aos quais pertencemos, e estão em toda parte. Alguns simplesmente são reconhecidos, pois já fazem parte indissociável da nossa condição humana (v. g. o valor da vida), outros são estabelecidos de modo convencional pela sociedade e estão nas leis, nas culturas, nas religiões, nas ideologias, nas tradições etc.

Falar de ética é falar dos princípios e valores que devem nos servir de referência e orientação de tudo que fazemos.

INFORMAÇÃO